

teresasoeiro@sapo.pt
**CITCEM-FLUP - Centro
de Investigação
Transdisciplinar «Cultura,
Espaço e Memória»**

Teresa Soeiro. Licenciatura em História (1978), Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (1985) e doutoramento em Arqueologia (1994), pós-graduação em Museologia (1995), na Universidade do Porto. Professora Associada aposentada do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Directora científica do Museu Municipal de Penafiel, de 1985 a 2007. Chefe de Projecto requisitada pelo Ministério da Cultura para a Estrutura de Projecto para o Museu do Douro, liderada por Gaspar Martins Pereira, de 2001 a 2004. Comissária de exposições no Museu Municipal de Penafiel, Museu do Douro, Museu das Terras de Basto e outras. Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel, 2000. Pedrón de Honra, 2014. Patroa honorária do Museu do Povo Galego, 2019. Investigação e trabalhos publicados nos domínios da Arqueologia, História Local, Etnografia, Museologia e Património.

Património molinológico no Norte de Portugal, as múltiplas leituras dos pioneiros

Teresa SOEIRO

Resumo

Como comunicação de abertura e enquadramento da temática em debate, trouxemos às Jornadas uma breve reflexão sobre obreiros e etapas relevantes para a conceptualização, investigação, salvaguarda e usufruição do multifacetado património molinológico, focando, em particular, a situação no Norte de Portugal e as circunstâncias em que, entre a segunda metade de Oitocentos e a Democracia, meios de produção, por muitos séculos indispensáveis à sociedade no quotidiano, se tornaram obsoletos e ficaram em risco de desaparecimento, não fossem as utilizações secundárias privadas e a alteração de significado, favorecendo a sua percepção como bem cultural patrimonializável.

Palavras chave:

Investigação em molinologia, património molinológico, tecnologia pré-industrial.

Apresentação

Solicitada para apresentar a *comunicação de abertura* nas Jornadas Ibéricas de Molinologia, que decorreram no município de Lousada, em Setembro de 2021, optei por não me debruçar sobre qualquer estudo de caso, mas trazer a esta reunião uma breve reflexão de enquadramento da temática, apoiada na revisitação de leituras colhidas entre a produção de autores relevantes para a conceptualização, investigação e salvaguarda do multifacetado património molinológico, se possível com foco no Norte de Portugal, o território onde nos reunimos.

Procurei, naquelas leituras de textos publicados por contemporâneos e/ou interventores directos, as suas explicações para as circunstâncias em que, entre a segunda metade de Oitocentos e a Democracia, meios de produção, por muitos séculos indispensáveis à sociedade no quotidiano, se tornaram obsoletos e ficaram em risco de desaparecimento, não fossem as utilizações secundárias privadas e, sobretudo, a alteração de significado, favorecendo a sua percepção social como bem cultural patrimonializável.

1. Moagens, o fim anunciado

Começamos este breve percurso ao encontro do património molinológico num tempo em que se acreditava vivamente no progresso económico e técnico, na educação e valorização das classes laboriosas, no conhecimento dos recursos e potencialidades do país, factores fundamentais para

a construção da nação, deixando para trás atavismos ancorados na rotina dos privilégios e dos costumes, da autarcia e da tradição. O ritmo passaria a ser o do vapor.

Enquadra-se neste paradigma capitalista do Portugal liberal a primeira leitura proposta sobre o objecto de estudo, retirada do *Inquérito Industrial* de 1881, cujos relatores para o distrito do Porto eram empresários da indústria e um deles, Oliveira Martins, figura nacional bem conhecida. Estes homens equacionaram o incontornável fim dos moinhos de água e de vento cuja actividade produtiva seria, diziam, a breve trecho engolida pela moderna indústria moageira, uma transformação certa, que até lhes parecia tardar, um fim anunciado, tanto mais que as novas unidades produtivas, movidas a vapor, estavam libertas dos constrangimentos gerados pela dependência de recursos motrizes disponibilizados pela natureza e podiam ser instaladas em qualquer local, de preferência junto dos mais importantes mercados consumidores, os centros urbanos. O que diagnosticaram em relação à moagem do cereal, seria, de algum modo, extensível a outras actividades produtivas, hoje no domínio da molinologia.

Ouçamo-los: *«A moagem é uma industria que prospéra ainda sob a sua fôrma tradicional, porque pôde dizer-se que os capitaes não se inclinaram ainda no sentido de a transformar matando os pequenos moinhos e reduzindo os velhos moleiros á condição de operários salarizados. É possível essa transformação? É certa; e só admira a falta de iniciativa dos capitaes n'este sentido, especialmente perante os exemplos das moagens de Lisboa. [...] Não ha duvida, pois, que sob o ponto de vista exclusivo da produção de riqueza, essa transformação é desejavel; não ha duvida tão pouco que em mais de um dos rios do districto virão a montar-se moagens hydraulicas em grande escala. Parece contudo que, salvas*

condições muito particulares, a moagem prefere o vapor á agua e as razões são obvias. A economia motriz da agua tem de ser pesada economicamente contra as despesas de transportes, porque uma machina a vapor colloca-se em toda a parte á livre escolha de quem a installa, ao passo que um motor hydraulico enraiza uma industria n'um local» (Relatório (1881): pp. 13-14).

[1] Em 1878, o número de moinhos, azenhas, etc. colectados pela actividade industrial, a nível nacional, ascende a 11.024, sendo que no distrito do Porto contabiliza-se 1 na cidade e 911 nos demais concelhos. Como veremos no Quadro 2, referente a 1955, é possível que muitos moinhos a trabalhar para auto-consumo, sem moleiro profissional a tempo inteiro, não estivessem abrangidos por este recenseamento para contribuição industrial (*Annuario* (1878-1879).

Qual a dimensão dessa actividade tradicional em meados/segunda metade do século XIX? Para facilitar as comparações, tentei a aproximação através do sector da moagem do cereal, maioritário e aquele para o qual há mais informação; escolhi o distrito do Porto como exemplo; recuei a 1855 a fim de obter quantitativos credíveis por concelho (*Relatório* (1856), nº 30), já que os inscritos no *mappa geral das pequenas industrias* do *Inquérito Industrial* são claramente deficitários [1].

Existiriam, em 1855, mais de 4.000 moinhos no distrito, distribuídos por todo o território, sendo 94,6% movidos pelas águas. Os de vento (3,9%), com raríssimas excepções, estavam confinados ao litoral, da Póvoa às praias de Gaia; as atafonas (1,44%), poucas e talvez menos controladas dada a sua inserção na casa de lavoura, podem estar um tanto subavaliadas; as unidades a vapor despontavam.

Contudo, por ocasião do *Inquérito Industrial* de 1881 (*Relatório* (1881): pp. 89-95) já se notava a ascensão e disseminação das moagens a vapor, por vezes a trabalhar como complemento dos casais de mós movidos a água, que substituíam em ocasiões de falta de caudal. As melhores unidades industriais da cidade (Ferreira (1999): pp. 177-185) não ombreavam, porém, com as companhias moageiras da capital, nas quais, como diria o visconde de Coruche, *a especulação* [com

Quadro 1 Distrito do Porto: Moagens de cereal contabilizadas em 1855 e 1881

Concelho	População 1864	Moagens de cereal 1855				Moagens de cereal 1881		
		vento	água	animais	vapor	vento	água	vapor
Amarante	28 790	–	258	–	–	–	70	–
Baião	19 376	–	233	4	–	–	93	–
Bouças	18 015	35	71	–	–	–	20	–
Felgueiras	20 171	–	281	2	–	–	105	–
Gondomar	21 834	1	195	16	–	–	60	1
Lousada	14 304	–	206	2	–	–	50	–
Maia	16 100	–	401	–	–	1	58	2
M. Canaveses	23 820	–	399	–	–	–	80	1
Paços de Ferreira	9 627	–	50	–	–	–	52	–
Paredes	17 652	–	360	4	–	–	45	–
Penafiel	28 247	–	624	24	–	–	70	–
Porto	84 936	7	95	4	2	–	–	7
Póvoa de Varzim	18 704	52	45	2	–	80-90	20	1
Santo Tirso	21 596	–	206	2	–	–	397	–
Valongo	8 511	1	87	–	–	–	51	–
Vila do Conde	18 880	46	139	–	–	10	130	1
V. N. de Gaia	47 323	21	303	–	1	80	100	1
TOTAL	417 323	163	3 953	60	3	171-181	1 401	14

Fontes: *Relatório da Junta Geral do Districto do Porto* (1856), Porto.; *Relatório apresentado ao exc.mo snr Governador Civil do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes* (1881), Porto.

cereais-trigo] *se fez francamente industria, como o demónio se fez moleiro* (cit. Ferreira (1999): p. 141).

Na área geográfica que acolheu as Jornadas, além das empresas portuenses, foi particularmente relevante o impacto da fábrica *Abundancia*, moagem a vapor da parceria Montenegro & Perez, instalada em 1880 junto da estação do Marco de Canaveses, empresa que muito beneficiou da facilidade do transporte por caminho de ferro, na linha do Douro. Para lá foram encaminhados cereais de toda a região duriense e transmontana, e muitos outros importados que a cidade do Porto lhe enviava, recebendo de volta as farinhas. Moeu também enxofre, crucial no tratamento contra o primeiro dos devastadores flagelos da videira – o oídio, o qual, a partir da década de 1850, atacou intensamente o vinhedo do Entre-Douro-e-Minho (*Relatório* (1881): pp. 94-95).

2. Preservar a memória

A segunda leitura vem na sequência imediata da anterior, mas realça já o valor cultural do património molinológico, que, já vimos, pensava-se correr o risco de ser desactivado do seu fim primeiro. Hoje sabemos que tal não se verificaria a breve prazo, a adequação dos moinhos tradicionais à economia, necessidades e valores das pequenas comunidades não urbanas permitiu-lhes resistir por mais de um século à industrialização moageira.

Preservar «emquanto não se aniquilam as memórias ainda existentes, e que nos poderiam servir de guia seguro no labirinto do passado» (Viterbo (1896): p. 200) foi a preocupação de Francisco Sousa Viterbo, explanada no seu tão citado trabalho de 1896, publicado no *Arqueólogo Português*. Também ele, neto de moleiro, está convencido que os moinhos de cereal

e outros engenhos similares estavam condenados, incapazes de concorrer com a moderna indústria, e por isso também «*o moleiro perdeu todo o seu prestimo e ninguem faz caso d'elle*» (Viterbo (1896): p. 195).

Porém, face a este quadro fatídico, Sousa Viterbo assume uma atitude pró-activa, não passadista, em defesa da obrigação urgente de proceder ao registo para memória futura e de investigar esta componente relevante da nossa herança cultural colectiva. Nas suas palavras: «*reputo da maior vantagem e da maior necessidade a organização de um inquerito, não puramente estatístico, como os que tem sido dirigidos e organizados pelo ministerio das obras publicas, mas de character archeologico, em que se inventariasse tudo o que ainda existisse relativamente á industria da moagem: a fôrma architectonica do moinho, a sua estrutura mechanica, a nomenclatura de todo o seu aparelho e funcionamento, as differenças que em tudo isto se dão de provincia para provincia. A ethnographia, a lingua, a industria, lucrariam indubitavelmente com estes pormenores, a que se poderia dar além disso um character poetico e sentimental, recolhendo todas as lendas e tradições*» (Viterbo (1896): p. 199).

O inquérito que propunha, formulava-o como uma abordagem sistemática e multidisciplinar, a que não faltava a ética inter-geracional perante o dever da sociedade: «*no seu conjuncto, a superioridade da industria moderna é indiscutivel, não tenho dúbida em repeti-lo, mas essa supremacia geral não dá direito a olhar com desdem, lançando num offensivo esquecimento, todos os antigos processos e conhecimentos mechanicos*» (Viterbo (1896): p. 200).

Passados 125 anos sobre a publicação, não deixa de ser marcante a modernidade deste projecto, que coloca a materialidade do edificado, a técnica e saber do moleiro bem

como o imaginário associado na mesma fasquia das colecções de documentos custodiados pelos arquivos, onde Sousa Viterbo tão bem trabalhou. Como na actual lei do património cultural, inventariar seria o princípio orientador, abrangendo material e imaterial, registar o mais possível enquanto havia actores.

Pertencendo à mesma geração, trazemos também à colação Rocha Peixoto, naturalista, arqueólogo e tantas coisas mais, que, entre os seus preciosos estudos de cultura material, nos deixou um sobre o uso dos pequenos moinhos domésticos accionados pelo homem, comuns no seu concelho natal, a Póvoa de Varzim (Peixoto (1903): pp. 828-831).

Esta notícia de casos peculiares demonstra aquilo que os interessados no património, profissionais e amadores, podiam realizar, quase como contributo para a concretização do magno projecto de Sousa Viterbo. Já identificar e aprofundar a problemática, fazer o levantamento de campo e descrever em pormenor, fotografar paralelos em contexto, elaborar desenhos interpretativos, etc., isso, evidentemente, deveu-se à excelência de Rocha Peixoto, que se destaca ainda por outra prática, a de recolher exemplares desactivados e em risco para potenciar a sua preservação, integrando-os em colecções museológicas, neste caso do Museu Municipal do Porto.

3. Regionalismo e folclorização

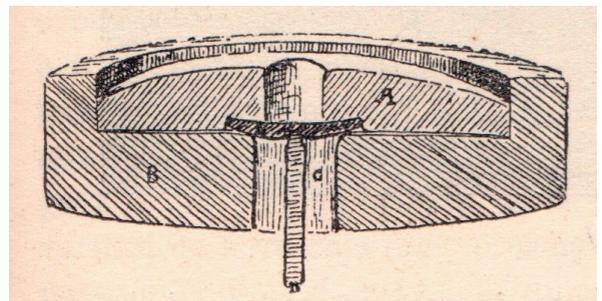
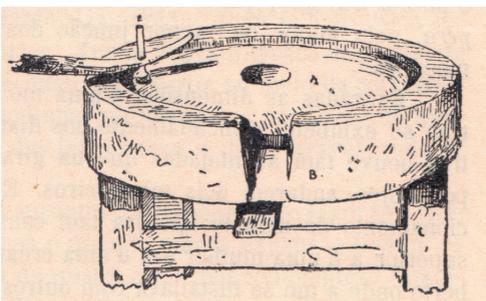
Dado o limitado espaço de publicação (e tempo de apresentação), vamos passar rapidamente pelas décadas que medeiam entre a geração finissecular e o final dos anos 1940, lembrando o pouco interesse dos poderes instalados numa rápida transformação económica e social que nos colocasse a par da Europa, atraso esse que pode ter contribuído para a

preservação de unidades de origem e/ou de tecnologia pré-industriais em funcionamento.

Sob o signo do *regionalismo* das províncias, a atomização dos estudos locais é notória, bem como a folclorização e manipulação daquelas idealizadas vivências aldeãs, com lugar cativo nas ou alvo preferencial das grandes realizações estatais da *política do espírito*, como o concurso da Aldeia mais portuguesa (1938), a área das Aldeias e o Centro Regional, da Exposição do Mundo Português (1940), antecedente do Museu de Arte Popular (aberto em 1948), a representação do país nas



Fig. 1 (A-C) Moinhos manuais utilizados no início do séc. XX em Navais e Beiriz, Póvoa de Varzim, segundo Rocha Peixoto (1899-1903).



exposições internacionais, etc. Não faltam réplicas locais desta linha de acção (museus, colecções, associações folclóricas, coros, cortejos etnográficos, etc.), assim como o seu constante inculcar na sociedade, para muitas gerações desde a "escola primária", o que calou fundo no nosso imaginário e, creio, ainda contribui para a subconsciente atracção exercida pelos moinhos e engenhos similares.

Escolhi dois protagonistas que estão espacialmente próximos de Lousada: em primeiro lugar António Lopes de Carvalho (A. L. de Carvalho), autor vimaranense com uma singular obra sobre os ofícios e a actividade económica local e regional, que dedica um capítulo do 7º volume da obra *Mesteres de Guimarães* aos moleiros e à moagem (Carvalho (1951): pp. 7-43). Dele destaco a capacidade para manusear diferentes fontes documentais, tanto as pertencentes a arquivos públicos, como as remanescentes em instituições locais e particulares. A sua perspicácia, para as cruzar com bibliografia e iconografia, com informação colhida na observação directa de sítios e processos e na interacção com os intervenientes, constitui uma enorme mais-valia para o leitor actual.

Bem mais limitado na sua ambição, representando muito do que se fazia à época, Abílio Miranda, erudito penafidense que também foi empresário de pequenas moagens e representante do concelho junto da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral, escreveu dois pequenos artigos sobre os moleiros do Sousa e Cavalum. O de 1941, publicado na revista *Douro Litoral*, intitula-se *As alcunhas dos moleiros*; o segundo, de 1942, saiu no jornal *O Penafidense* e é dedicado a *As avoaças*, ou seja, as explicações dadas pelo moleiro ao cliente para justificar o desencontro entre o peso da farinha entregue ao dono e aquele que era esperado,

Distrito	Moagens para consumo público em actividade		Moagens para consumo público fabricadas		Moagens para consumo público paraisadas		Moagens para consumo particular		Total
	vento	água	vento	água	vento	água	vento	água	
Aveiro	52	1 019	219		20	326	38	1 351	3 391
Beja	146	249	105		15	63	10	7	602
Braga	25	1 353	132		14	279	16	2 238	4 124
Bragança	4	421	153		3	309	14	348	1 255
Castelo Branco	44	748	109		15	171	15	361	1 472
Coimbra	254	1 310	126		65	328	40	1 306	3 512
Évora	7	145	53		18	79	10	4	372
Faro	172	197	55		29	54	5	1	515
Guarda	2	1 011	91		2	270	11	173	1 564
Leiria	587	998	115		95	204	15	232	2 273
Lisboa	704	257	21		83	50	8	8	1 149
Portalegre	6	264	51		-	74	8	18	457
Porto	20	1 463	149		23	483	32	2 057	4 539
Santarém	277	670	117		92	221	19	241	1 673
Setúbal	84	53	28		22	16	2	4	230
Viana do Castelo	5	810	100		2	226	19	3 005	4 169
Vila Real	3	659	36		3	311	4	658	1 677
Viseu	22	1 809	155		2	546	23	2 657	5 231
TOTAL	2 414	13 436	1 815		503	4 010	289	14 685	38 205
									878

Quadro 2 Portugal: Moagens de cereal inscritas na C. R. M. R., por distrito, em 1955

Fonte: Ministério da Economia: Comissão Reguladora das Moagens de Rama (1956) - *Relatório e contas do ano de 1955*. Lisboa.

atribuindo-se as perdas apenas à acção incontrolável do vento que penetra pelas frinchas do moinho e levanta a farinha (Miranda (1941) e (1942)).

Mas qual era a realidade das moagens de cereal em meados do século XX? Estavam, por certo, bem longe de desaparecer por obsolescência, como se havia previsto, talvez tivessem mesmo aumentado de número para moer milho e centeio (o trigo era muito mais vigiado) destinados a auto-consumo ou uso local. Sobretudo, estavam muito mais intensamente controladas e recenseadas, em particular as que utilizavam a água, objecto da actuação sistemática dos organismos estatais, decorrente do decreto nº 30850, de 1940, de que resultou um volumoso acervo documental, nomeadamente de legalização e licenciamento, bem como o *Cadastro das moagens de rama*, executado no terreno, durante aquela década, pelos agentes dos Serviços Hidráulicos [2], matéria tratada em outra comunicação apresentada a esta reunião e numa das oficinas temáticas.

Também de âmbito nacional, mas contemplando todos os tipos de força motriz, a estatística das moagens referente ao ano de 1955 (**Quadro 2**), promovida pela Comissão Reguladora das Moagens de Ramas, organismo estatal de controlo do sector, obteve resultados que se assemelham bastante, em quantitativos, aos de um século antes, se não olharmos para as chamadas fábricas (moinhos a vapor, eléctricos e turbinas hidráulicas com grande laboração), que, mesmo agora, não são mais de 7,8% do total de estabelecimentos, estando 9,69% delas paralisadas. No distrito do Porto, 300 destas *fábricas* serviam apenas o consumo particular, e 316 no de Aveiro, sugerindo uma capacidade instalada muito débil, talvez para suprir períodos de carência de água ou por comodidade de o

[2] A título de exemplo, nos municípios de Penafiel e Marco de Canaveses, onde os estabelecimentos de moagem de cereal accionados pelas águas eram muito numerosos, verificámos que há um acréscimo de cerca de 10% em 1940/1948, comparativamente com os valores indicados em 1855; em Lousada a diferença parece superior. Em todo o caso, temos também de considerar a disparidade dos meios colocados no terreno para realizar os respectivos recenseamentos, já para não referir os de coação e controlo social.

serviço ser feito no ambiente doméstico, em qualquer ocasião. A relação entre as moagens tradicionais, agrupadas segundo a força motriz, continua bastante desequilibrada, pois cerca de 91,22% são hidráulicas e 8,78% eólicas; a sua distribuição geográfica mostra-se igualmente díspar, localizando-se menos de 10% das segundas a Norte do Mondego.

4. A investigação programada: Centro de Estudos de Etnologia (Peninsular)

Na segunda metade da década de 1940, surge no Porto um projecto diferente, distinguindo-se do que então se fazia pela sua coerência e longevidade, mais de meio século de intensa investigação sistemática, sempre executada em equipa, geradora de grande produção de publicações de referência, de um irrepetível arquivo de imagem e som, e de múltiplas e importantes interacções no meio cultural, em particular, o museológico. Foram seus principais responsáveis Jorge Dias (1907-1973), Fernando Galhano (1904-1995), Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990) e Benjamim Pereira (1928-2020) que, com outros colaboradores (destaco Margot Dias), a partir de 1947, deram vida à secção de Etnografia do Centro de Estudos e Etnologia (Peninsular), dirigido desde a sua criação (1945) por A. A. Mendes Corrêa.

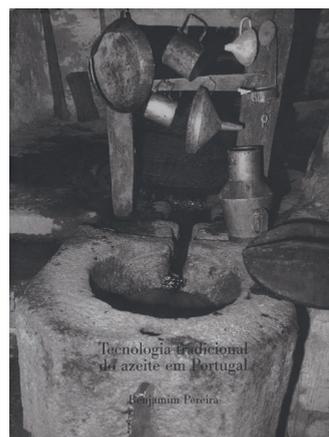
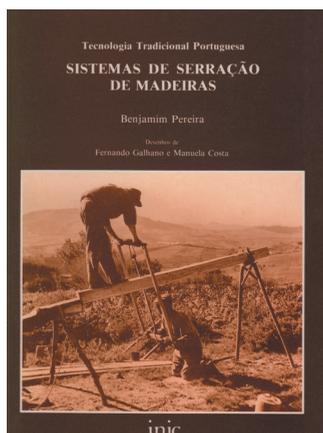
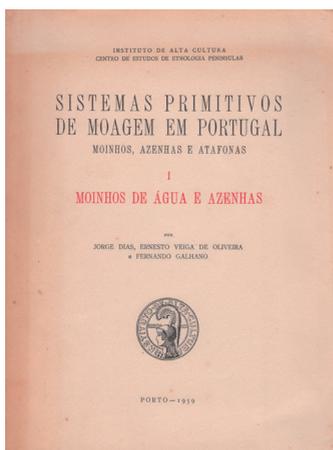
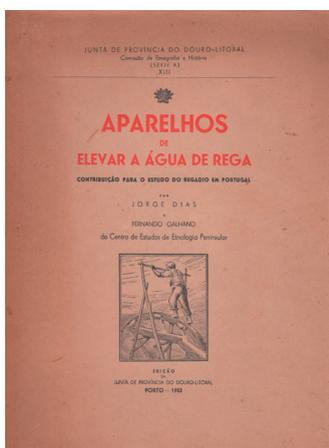
Jorge Dias, doutorado em Etnologia na Alemanha, com experiência e contactos nos meios académicos internacionais angariados no exercício de leitorados de português em diversas universidades, traz para Portugal uma capacitação científica, uma metodologia de trabalho de campo e uma organização em equipa inexistentes naquele tempo, em que, como dissemos, nesta área disciplinar proliferavam os amadores e diletantes, e o resultado, em geral, eram actuações e publicações dispersas

de pendor regionalista ou mesmo de um localismo folclórico. Os membros do CEE reclamam-se herdeiros do conceito de cultura alargado da geração finissecular e de Leite de Vasconcelos, e das respectivas leituras holísticas da sociedade.

Sendo vasta a bibliografia produzida sobre a actividade do CEE e dos seus investigadores, para o propósito desta intervenção, escolhi recorrer à publicação em que um deles, Ernesto Veiga de Oliveira, faz o balanço dos primeiros vinte anos de actividade do Centro, (Oliveira (1968)), sublinhando, em particular, aspectos inovadores na metodologia, no programa e na organização delineados de raiz:

- O posicionamento teórico, que partia de um «*conceito de Cultura, dinâmica e em criação permanente dentro de cada sociedade, substitui o de tradição, confuso e impreciso, envolvendo uma ideia de estaticismo regionalista que a actual realidade humana e social nega. Não se trata mais de recolhas de folclore ou de cultura material como fins em si mesmo: o Homem é considerado sobre todos os aspectos...*» (Oliveira (1968): p. 37).

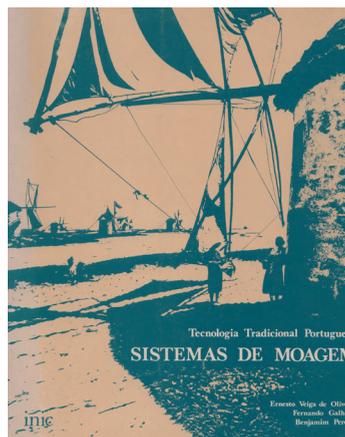
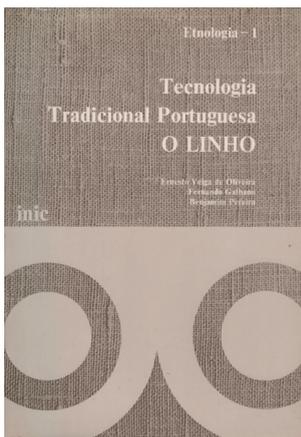
- Assim, o método e relevância dada ao trabalho de campo, uma vez identificada «*a pesquisa de campo, como meio fundamental de recolha de dados e elementos de estudo,*



intensifica-se e generaliza-se, e, em vez de estudos locais, toma uma feição sistemática, obedecendo a um plano geral que cobre todo o País e toda a cultura nos seus diversos elementos. Os inquéritos fazem-se, tanto quanto possível, por experiência directa ou (mormente nos estudos de vida social) por observação participante – rigorosos, completos, quantitativos, minuciosos, acompanhados de fotografias, medições e, mais tarde, filmagens e gravações magnetofónicas (para as recolhas de música e literatura oral)» (Oliveira (1968): p. 36).

- A aprovação pela tutela de um programa de trabalho original, a formação de uma equipa permanente e profissional, e a contratualização de recursos e instalações que, embora de início bastante limitados e precários, não constituíram obstáculo que desmotivasse o grupo e impedisse a intensificação das suas deslocações por todo o país (Oliveira (1968): pp. 11-13). Um outro vector essencial para a credibilização do mérito científico do Centro foi o intercâmbio com centros estrangeiros e a participação dos seus membros em reuniões científicas fora de Portugal, o que levou à escolha de Jorge Dias para integrar a direcção de organismos internacionais.

Fig. 2 (A-G) Centro de Estudos de Etnologia: principais monografias sobre temáticas de património molinológico português (continente).



[3] Esta temática voltará a ser tratada pelos investigadores do CEE como capítulo da obra *Alfaia agrícola portuguesa*, de 1976, onde surge muito mais bem contextualizada (Oliveira, Galhano, Pereira (1976): pp. 139-207).

De entre este extenso programa, uma das linhas de investigação definida desde início focou-se na tecnologia tradicional, tendo como primeiro trabalho de síntese o celebrado livro (ainda que teoricamente muito vinculado ao difusionismo [3]) de 1948, *Os arados portugueses e as suas prováveis origens: estudo etnográfico*, da autoria de Jorge Dias, que inclui já os elucidativos desenhos de Fernando Galhano. Segue-se, em 1953, o volume dedicado à rega, intitulado *Aparelhos de elevar a água de rega: contribuição para o estudo do regadio em Portugal*, com dupla autoria (Dias, Galhano (1953)); no final da década (1959) publica-se *Sistemas primitivos de moagem em Portugal: moinhos, azenhas e atafonas*, da responsabilidade de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano. Estas duas últimas monografias interessam particularmente à temática destas Jornadas, ainda que o segundo venha a ser substituído por nova síntese, de maior fôlego, em 1983, muito posterior ao falecimento de Jorge Dias e já com a co-autoria de Benjamim Pereira, o membro mais novo da equipa do CEE (Oliveira, Galhano, Pereira (1983)).

Para tornar mais comparável a aproximação dos autores às leituras anteriores, procuramos, na obra de 1959, o que pensavam acerca da tecnologia tradicional, nomeadamente sobre a situação em que se encontravam os moinhos de cereal: «*O tempo presente é – e em especial no nosso País – um momento cultural singular, de crise e mutação, que marca o abandono final das técnicas primitivas e matizadas do artesanato local e dos conceitos tradicionais de uma economia arcaica, ignorante da quantificação dos seus valores, e a sua substituição progressiva mas vertiginosa por um padrão uniforme de produção racionalizada e competitiva; por isso, os moinhos [...] dominados pelas moagens mecânicas industrializadas, vão sendo pouco a pouco postos de*

parte, e, partilhando a sorte de tantos outros aspectos dessa velha economia local e patriarcal, ruem ao abandono» (Dias, Oliveira, Galhano (1959): v. 1, p. 5).

Perante esta inevitabilidade, que há cem anos fora identificada, a resolução foi, novamente, a lembrar Sousa Viterbo, registar tudo, como uma última oportunidade: *«Convictos da brevidade de tempo que resta de vida aos moinhos, e da iminência do seu total desaparecimento, pretendemos realizar simultaneamente um estudo etnográfico e um registo final e tanto quanto possível completo desse elemento cultural tão rico de pormenores, tão variado e diversificado regionalmente, do qual, dentro de pouco, não restará mais do que uma recordação confusa e poética»* (Dias, Oliveira, Galhano (1959): v. 1, p. 6).

A radical diferença entre esta proposta e as precedentes (ou a seguinte, cerca de uma década posterior), reside no facto de ter sido efectivamente realizada, de forma sistemática e detalhada, com base em intenso trabalho de campo executado por todo o país, devidamente documentado, em diversos suportes. Resultou numa primeira caracterização dos sistemas de moagem, acompanhada por detalhadas tipologias das instalações, dos mecanismos e de cada uma das suas componentes, bem como pela explicação sobre o seu funcionamento e, de forma mais ligeira, da relação com os profissionais e a comunidade. Na edição de 1983, já sem Jorge Dias, a organização da obra mantém-se no essencial, mas nota-se uma superior maturação na análise dos conjuntos e da tecnologia. Praticamente novo é o esforço/número de páginas reservados à contextualização dos casos e sistemas analisados no tempo histórico e a discussão e contributos específicos para a história das técnicas (Oliveira, Galhano; Pereira (1983): pp. 7-96, 217-253 e 482-498).

Este planeamento da última versão sobre os sistemas de moagem de cereal, com a assumida componente histórica, etnológica e de história das técnicas, que já se reconhecia no trabalho de 1953 sobre *Aparelhos de elevar a água de rega*, no qual se explicita, como complemento de título, *contribuição para o estudo do regadio em Portugal* e se designa o último capítulo *relações históricas*, foi replicado em todas as monografias de síntese afins, quaisquer que sejam os membros do CEE apontados como autores:

- *Tecnologia tradicional: Pisões portuguesas*, publicado em 1960, enquanto o CEE estava no Porto, na revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 18, e depois em monografia (Oliveira, Galhano (1977))

- *Tecnologia tradicional portuguesa: O linho*. (Oliveira, Galhano & Pereira (1978))

- *Tecnologia tradicional portuguesa: Sistema de serração de madeiras*. (Pereira (1990))

- *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*. (Pereira (1997))

Artigos inseridos em revistas e actas de reuniões científicas precederam e complementam estas obras, todas enriquecidas com os inconfundíveis desenhos de Fernando Galhano, acompanhados, nas duas últimas, pelos de Manuela Costa. As fotografias teriam sido feitas um pouco por todos, mas, a partir de certo momento, sobretudo por Benjamim Pereira, também o maior responsável pelos registos de imagem em movimento.

Jorge Dias muda-se para Lisboa em 1956, a fim de colaborar com o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, escola onde será o primeiro a doutorar-se em Etnologia

(1965), assumindo novos rumos de investigação nos territórios coloniais. O Centro de Estudos de Etnologia permaneceu na Universidade do Porto e a equipa restante continuou a desenvolver o programa inicial, situação que viria a ser perturbada após o falecimento de Mendes Corrêa, em 1960, criando um ambiente de incerteza, que acabaria com a transferência do CEE para Lisboa, em 1963.

5. A patrimonialização: Associação Portuguesa de Amigos dos Moinhos

Coincide temporalmente a mudança do CEE para a capital com a criação da Associação Portuguesa de Amigos dos Moinhos, que inscreveu no artigo 2º dos estatutos: *«É finalidade específica da A. P. A. M. promover por todos os meios legais a protecção e conservação dos engenhos tradicionais utilizando a energia eólica e hidráulica – moinhos de vento e de água – existentes no território português e, bem assim, estudar a sua história, evolução tecnológica e características etnográficas que constituem a disciplina da Molinologia»* (Moinhos de Portugal, s/d).

Uma vez instalada a APAM, logo em 1965, sob a liderança de João Miguel Santos Simões, personalidade cosmopolita e empreendedora, bem conhecida no meio cultural português e com grande capacidade para estabelecer contactos internacionais, é organizado em Portugal (Cascais, 29 Set.-4 Out.) o *1º Simpósio Internacional de Molinologia*, em cujas sessões foram apresentadas 28 comunicações, sendo 63 os participantes, oriundos de 11 países, figurando nesta lista Jorge Dias

e Ernesto Veiga de Oliveira que, aparentemente, não apresentaram qualquer comunicação, apesar de toda a investigação e publicações sobre esta temática de sua autoria.

Para o sucesso da reunião, os contactos prévios de Santos Simões haviam sido fundamentais, e numerosos os convites dirigidos a representantes de museus, serviços de património e associações ligadas aos moinhos; queria-se que este fosse o primeiro acto de um projecto global e duradouro (talvez a exemplo do seu prévio sucesso no inventário, investigação, preservação e divulgação internacional da azulejaria portuguesa). O evento, sustentado por um avultado investimento público, proporcionou visitas culturais, em linha com as campanhas de promoção turística do país, além das várias excursões molinológicas e da inauguração solene, durante o (também novo) Festival Nacional dos Moinhos e Moleiros, do monumento a Ibn Muqãna, poeta que viveu em Alcabideche, no séc. XI, tido por primeiro a mencionar moinhos de vento na Europa [4].

O termo Molinología, usado por Santos Simões pelo menos desde 1962, considerado um neologismo, viria a ser internacionalmente assumido. Consciente do seu papel de

[4] As actas, com lançamento previstas pela organização para o início de 1966, viriam a ser publicadas apenas em 1977 pelo Laboratório de Molinología dinamarquês, em colaboração com a TIMS.

Fig. 3 Santos Simões a discursar na sessão de boas vindas do 1º Simpósio Internacional de Molinología, Cascais, 28 de Setembro de 1965. (Louro, Major (1977): p. 37)



impulsionador destes estudos e intervenções patrimoniais no país e junto dos seus pares da Europa e Américas, o promotor achou-se na obrigação de apresentar ao 1º Simpósio, de 1965, uma definição, que foi a seguinte: *«can be the description and the study of mills or other mechanical devices, using the kinetic energy of moving water or wind as a motive power for driving grinding, pumping, sawing, pressing and fulling machines. More particularly molinology aims at the knowledge of those traditional engines, which have been condemned to obsolescence by modern technical and economic trends, thus being a chapter in the history of technology and part of the history of civilisation»*. Complementa a definição com o esboço de um programa de ambição englobante: *«as a mental discipline and a field of research should survey and collect all data referring to windmills and watermills as a whole – terminology, technology, ecology, ethnology, economy, history, jurisdiction, protection, preservation and restoration as well as their aesthetic values – in order to determine their origin and evolution, their economic and social role, their human testimony and, thus, their ethnological importance»* (Simões (1977): p. 41).

A Sociedade Internacional de Molinologia – TIMS (The International Molinological Society), cujo processo de formação decorreu desta reunião pioneira, colmatou o evidente esquecimento das formas de tracção animal e humana, o que já fora recomendado nas conclusões de 1965, e adoptou, no seu documento constitutivo de 1973, uma definição similar à anterior, embora de leitura menos integrada: *«Molinology is the study of mills and other mechanical devices which use the energy of moving water or wind, or the strength of animal or human muscle to power machines for purposes such as hammering, grinding, pumping, sawing, pressing or fulling. More particularly, molinology aims to retain the knowledge of those traditional engines which*

have been rendered obsolete by modern technical and economic trends».

Naquela primeira reunião de 1965, Santos Simões apresentou (Simões (1977): pp. 143-152), em nome da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos (de Vento e de Água), o projecto para a realização do Mapa Molinológico de Portugal, com o intuito de reunir o cadastro de todos os moinhos de cereal, a laborar e paralisados, movidos a vento, água ou maré, que estimava ascenderem a 30.000. Porque este levantamento, desejavelmente de âmbito nacional (continente e ilhas), teria de contar com a colaboração de inventariantes não especialistas, a Associação elaborou e testou uma ficha de inventário, bastante acessível, complementada com uma pormenorizada nota

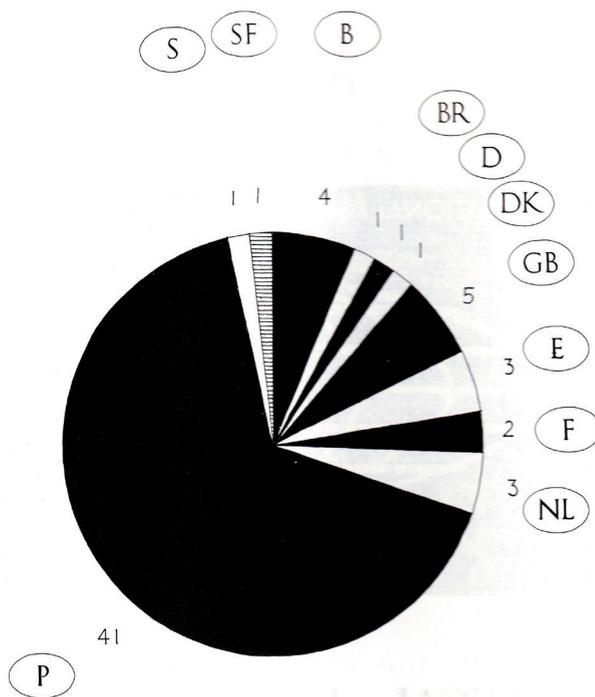


Fig. 4 Origem dos participantes no 1º Simpósio Internacional de Molinología, Cascais, 1965. (Louro & Major (1977): p. 6).

explicativa para o seu preenchimento, instrumento de trabalho que viria a ser alterado e melhorado no âmbito da TIMS, tendo em vista a aceitação e aplicação internacionais.

Como industrial e bom conhecedor do funcionamento dos serviços públicos, Santos Simões apercebeu-se ainda de que um grande contributo para o inventário sistemático poderia ser obtido compulsando documentação já produzida por organismos oficiais com funções reguladoras, de licenciamento

A	Distrito _____ Concelho _____	B	Me _____	C	P: _____ / _____	D
E	Freguesia _____ Lugar _____	F	Rio / Ribeiro / Monte _____	G	Carta Coord: _____ / _____	H
Rastrejo feito em _____ por: _____		Proprietário: _____ de _____		Arrendatários: _____ de _____		J
Reg.º na CRMR N.º _____	K	Em actividade regime _____	L	Paralisado desde _____	M	Estado de conservação _____
Historia: _____		P		Bibliograf: _____		O
Tipologia Signo _____	Q	Construção em _____ Casais de mós _____ de _____ m		Capelo em _____, movido por _____ Roda do yelame. _____		R
Levada de _____; Açude de _____ Rodas p/ cima _____		Motor auxiliar a _____ de _____ CV		Rodizio _____		
Cereais _____		S		Engadramento paisagístico _____		T
Anotações in loco _____		U		Esquemas e Engrenagens _____		V
Fotografias: Neg.: _____ x _____ NR _____		W		Album _____, Fls.: _____		

Fig. 5 Ficha para o inventário dos moinhos de vento e de água portugueses. (Simões (1977): p. 144).

e de atribuição das contribuições e impostos, como a Comissão Reguladora da Moagem de Ramas, a Direcção Geral da Indústria e respectivas Circunscrições Industriais, alguns departamentos do Ministério das Finanças e do da Economia, os Municípios, etc.

Teve sobre nós, que também reconhecemos a valia destes fundos documentais e tantas vezes tentamos encontrá-los percorrendo veredas de acesso ainda difícil, a vantagem de, no início dos anos 1960, se tratar de arquivos activos e, como tal, estarem preservados e organizados para utilização pela administração. Pelo contrário, desactivados, na categoria de históricos, hoje deveríamos beneficiar de uma muito maior capacidade instalada para os tratar arquivisticamente, reproduzir e sistematizar os conteúdos informativos, se em tal se investisse e as fontes tivessem resistido a anos de desprezo, por vezes mesmo de maus tratos. Santos Simões também menciona a utilidade da cartografia, naquele tempo essencialmente limitada à produzida pelo Exército e Instituto Geográfico e Cadastral.

Para terminar

O que foi concretizado de todo este programa e o que chegou até nós?

Tenho a sensação de que em Portugal, ao menos a Norte, pouco se avançou quanto à preservação e patrimonialização dos moinhos nos anos imediatos ao 1º Simpósio. Sim, os moinhos estavam na moda, recordo mesmo um programa televisivo (naquela RTP de canal único, a preto e branco) que ensinava a melhor maneira de os transformar em residências de veraneio, como sucedeu a muitos, prática já criticada na reunião de 1965. Certo é que a paragem da actividade produtiva regular e o abandono de máquinas e estruturas continuou a alastrar

ou acelerou-se, mormente nas áreas de forte emigração e de urbanização. Embora sem escapar a esta onda, no território do Sousa e Tâmega, porém, vários moinhos e engenhos destinados a diversos fins mantiveram-se em actividade por mais uma ou duas décadas, o que retardou a sua destruição e a perda do património imaterial associado.

A APAM num *plano de acção imediato e urgente*, prometia: «*pugnar pela promulgação de diploma legal que garanta uma efectiva protecção aos moinhos, classificando-os como elementos de interesse paisagístico e etnográfico; determinar a limitação de reservas molinológicas para efeitos de conservação de alguns núcleos mais importantes*», entre outras medidas de fomento dos estudos molinológicos e de apoio directo aos moleiros (*Moinhos de Portugal, s/d*).

Entretanto, Santos Simões falece em 1972, embora a Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos tenha continuado e se afirmasse a associação internacional que ele tanto desejara, a TIMS. Também o CEE resistiu ao desaparecimento de Jorge Dias, em 1973, tendo a equipa de investigadores mantido o projecto gizado, sobretudo no domínio do estudo sistemático da tecnologia tradicional, entre a qual o património molinológico se destaca e mereceu magníficas publicações, obras de referência para todos nós. Este acervo excepcional de informação e colecções encontra-se no Museu Nacional de Etnologia, instituição por eles delineada e cuja abertura, em instalações próprias, ocorreu já depois da Revolução de Abril.

Nesse tempo novo para a sociedade portuguesa, moinhos de cereal, engenhos de azeite e, particularmente os engenhos de moer linho, de moer casca ou sumagre, os de componentes para o vidro, da matéria prima para papel, etc., na maior parte dos casos em acentuada decrepitude ou

abandonados há décadas enquanto instalações produtivas, viriam a ser pontualmente valorizados pelas associações culturais e as comunidades locais, dada a sua relevância como bem cultural com valor de memória e identidade, entendimento raramente partilhado pelos organismos de tutela, municipal ou nacional, e pelos legisladores do património cultural que, praticamente, nada os protegeram, com muito raras mas honrosas excepções, mais consistentes em anos recentes. Essa miríade de projectos e intervenções sobre o remanescente deste património no terreno, por todo o país, carece ela própria de registo sistemático, contextualização e avaliação, de debate crítico sobre sustentabilidade ou a razoabilidade de algumas reconstruções e reconstituições feitas quase a partir do nada, com sabor de nostalgia ruralista, matéria que não cabe nesta breve abertura, na qual demos a palavra a pioneiros dos estudos molinológicos, que tiveram o privilégio de conhecer directamente estas actividades e as mundividências em que se integravam.

Fontes e bibliografia

Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas Lisboa, DGCD, 1878-1879.

Ministério da Economia: Comissão Reguladora das Moagens de Rama, Relatório e contas do ano de 1955. Lisboa, 1956.

Relatório apresentado ao exc.mo snr Governador Civil do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes, Porto, 1881.

Relatório da Junta Geral do Districto do Porto. Porto, 1856.

A. L. de CARVALHO, Os moleiros. In Os Mesteres de Guimarães, vol. 7, Guimarães, 1951, pp. 7-43

Jorge DIAS, Fernando GALHANO, Aparelhos de elevar a água de rega: contribuição para o estudo do regadio em Portugal. Porto, Junta de Província do Douro Litoral, 1953.

Jorge DIAS, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando GALHANO, Sistemas primitivos de moagem em Portugal: moinhos, azenhas e atafo-nas. Porto, IAC-CEEP, 1959.

Jaime Alberto do Couto FERREIRA, Farinhas, moinhos e moagens. Lisboa, Âncora Editora, 1999.

Susana LOURO, Helen MAJOR, (ed.), Transactions of the 1º International Symposium of Molinology: Portugal, 1965 September. Lyngby, Danske Møllers Venner/TIMS, 1977.

Abílio MIRANDA, As alcunhas dos moleiros. Douro Litoral. Volume 1(4), (1941): pp. 68-69, Porto.

Abílio MIRANDA, As avoaças. Penafiel, O Penafidelense, (1942). (Separata).

Moinhos de Portugal, s/l , s/d. [folheto de divulgação].

Ernesto Veiga de OLIVEIRA, Vinte e cinco anos de investigação etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto – Lisboa, 1947 – 1967. Lisboa, IAC, 1968.

Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Tecnologia tradicional: Pisos portugueses. Lisboa, INIC – CEE, 1977.

Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, Alfaia agrícola portuguesa. Lisboa, IAC – CEE, 1976.

Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, Tecnologia tradicional portuguesa: O linho. Lisboa, INIC – CEE, 1978.

Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, Tecnologia tradicional portuguesa: Sistemas de moagem. Lisboa, INIC–CEE, 1983.

Rocha PEIXOTO, Do emprego ainda recente d'uma mó manual. Portugalia. Volume 1(4), 1903, pp. 828-831, Porto.

Benjamim PEREIRA, Tecnologia tradicional portuguesa: Sistema de seração de madeiras. Lisboa, INIC – CEE, 1990.

Benjamim PEREIRA, Tecnologia tradicional do azeite em Portugal. Idanha-a-Nova, Centro Cultural Raiano, 1997.

J. M. dos Santos SIMÕES, An experimental survey card for the index of Portuguese windmills and watermills. In Transactions of the 1^o International Symposium of Molinology: Portugal, 1965 September, Susana LOURO, Helen MAJOR (ed.). Lyngby: Danske Møllers Venner/TIMS, 1977, pp. 141-152.

J. M. dos Santos SIMÕES, Molinology. In Transactions of the 1^o International Symposium of Molinology: Portugal, 1965 September, Susana LOURO, Helen MAJOR (ed.). Lyngby, Danske Møllers Venner/TIMS, 1977, pp. 41-42.

Sousa VITERBO, Archeologia industrial portuguesa: Os moinhos. O Archeologia Português. Lisboa. Volume 2, 1896, pp. 193-204.